

## 2 **Brasil prepara-se para sediar o mais importante fórum de debates do Movimento Internacional de Saúde da Mulher**

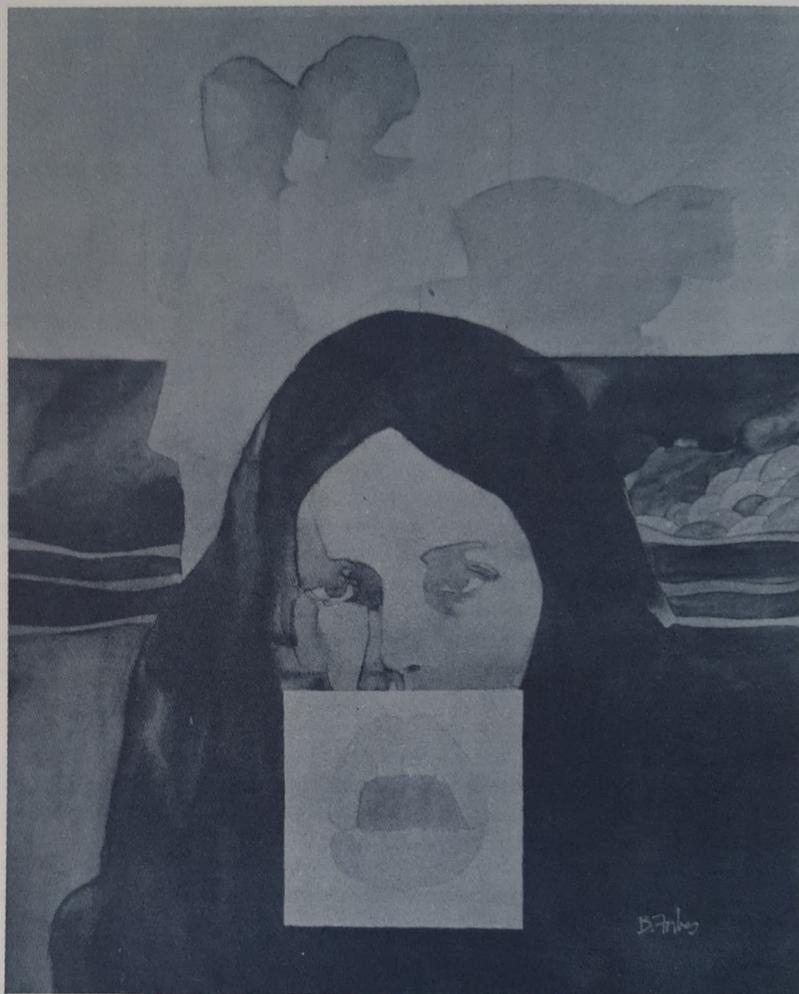
8.º Encontro Internacional Mulher e Saúde recebe mais de 550 inscrições dos diversos continentes.

## 2 **Definida agenda de prioridades da RedeSaúde para 1996/1997**

Realizado em agosto, em Pirenópolis/GO, o Encontro Nacional da RedeSaúde reuniu 70 participantes, representando 15 estados.

## 3 **Implantado Serviço de Aborto Legal em Pernambuco**

As mulheres do estado de Pernambuco já contam com hospitais públicos para a interrupção da gravidez resultante de estupro ou com risco de vida para a gestante.



## 4 **Uma católica a favor do direito ao aborto**

Em entrevista exclusiva para o *Jornal da Rede*, Frances Kissling, presidente da organização Catholics for a Free Choice, de Washington, faz uma análise sobre a tensão existente entre a Igreja e as organizações católicas que desafiam os dogmas religiosos, comentando os desdobramentos das conferências do Cairo e Pequim e o fortalecimento da oposição católica no Brasil e no mundo.

## da REDESAÚDE

❖ No início de agosto, aconteceu o 4.º Encontro Nacional da RedeSaúde, realizado na cidade de Pirenópolis, em Goiás. Participaram do Encontro 70 representantes de organizações afiliadas, vindas de 15 estados. Nos três dias de Encontro foi debatida uma extensa agenda, que incluía questões como: conjuntura nacional e globalização; a luta pelo direito ao aborto; 10.ª Conferência de Saúde; 8.º Encontro Internacional Mulher e Saúde; políticas públicas na área da saúde da mulher; e propostas de reestruturação da Rede.

Ao final do Encontro foi definida uma agenda de trabalho e de prioridades para 1996/1997, que se soma à agenda mínima definida no Seminário Nacional Aborto, Cidadania e Justiça Social, promovido em maio pela RedeSaúde.

Transcorridos seis anos desde a criação da RedeSaúde, a definição de prioridades e metas traz um elemento importante para a articulação de trabalhos comuns entre os grupos e as organizações feministas afiliadas, possibilitando ainda uma permanente avaliação das estratégias adotadas, nos níveis estadual, regional e nacional.

### Agenda de Prioridades da RedeSaúde - 1996/1997

- Reforço aos mecanismos de pressão junto ao Ministério da Saúde e secretarias de saúde estaduais e municipais para a efetiva implantação do PAISM.
- Promoção de debates, seminários e discussões sobre o PAISM e o Sistema Único de Saúde (SUS).
- Atuação junto ao Congresso Nacional para a agilização do encaminhamento do PL 1135/91 (que suprime o artigo que caracteriza como crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento), bem como do PL 20/91 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal pelo SUS).
- Trabalho junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para a derrubada dos vetos presidenciais à lei de planejamento familiar.
- Estímulo a discussões e debates sobre a reforma do Código Penal, dando encaminhamento a propostas.
- Incentivo à participação nos conselhos estaduais e municipais de saúde e órgãos gestores, buscando formas efetivas para o intercâmbio entre as conselheiras.
- Incentivo à instalação e ao fortalecimento dos comitês de morte materna e à maior interação entre as parti-

cipantes dos comitês já existentes. Atenção especial no sentido de se exigir a notificação compulsória nos casos de morte materna.

- Incentivo à ampliação dos debates sobre o PAISM, de modo a estimular políticas de saúde destinadas a mulheres em situação de violência sexual e doméstica.
- Incentivo ao debate sobre saúde e trabalho, a fim de dar visibilidade aos efeitos das condições de trabalho na saúde física e mental da mulher trabalhadora.
- Promoção de debates sobre a qualidade do atendimento prestado à mulher nos serviços conveniados com o SUS.
- Incentivo à introdução de programas sobre saúde da mulher nos currículos de instituições formadoras de profissionais de saúde.
- Sistematização de dados e informações existentes sobre a implantação de serviços de aborto previsto por lei, a fim de fornecer assessoria para a implantação de novos serviços.
- Promoção de campanhas de ampla divulgação, utilizando instrumentos comuns que permitam um trabalho em nível nacional, visando marcar os dias 28 de maio, Dia Internacional de Ação para a Saúde da Mulher, e 28 de setembro, Dia pela Despenalização do Aborto na América Latina e no Caribe.



16 a 20 de março de 1997  
Rio de Janeiro — Brasil

❖ O Brasil prepara-se para sediar o mais importante fórum de debates do Movimento Internacional de Saúde da Mulher

#### Programação

O 8.º Encontro terá como eixo central o tema *Saúde da mulher, pobreza e qualidade de vida — Estratégias para*

*o futuro*, à luz dos recortes de gênero, raça, classe social, orientação sexual e geração. Estão programados painéis e grupos de trabalho sobre: Globalização e Saúde da Mulher — conservadorismos e políticas de ajuste; Políticas Públicas Nacionais e Internacionais; Corpo: Direitos Reprodutivos e Sexuais; Movimento de Saúde da Mulher — formas de organização e perspectivas para o futuro.

#### 8.º Encontro recebe mais de 550 inscrições dos diversos continentes

O número expressivo de pré-inscrições recebidas comprova o grande in-

teresse de mulheres dos diversos continentes em participar do 8.º Encontro. Durante o período de pré-inscrição, que se encerrou em setembro, foram recebidas mais de 550 solicitações vindas da América do Sul, América Central e Caribe, África, Ásia, Europa, América do Norte e Oceania.

A Comissão Organizadora do 8.º Encontro deve confirmar essas pré-inscrições até o final do mês de novembro.

#### Comissão Organizadora

tel.: (5511) 814.4970

fax: (5511) 8138578

e-mail: healthmeetin@ax.ibase.org.br

### jornal da rede



N.º 12, outubro 1996. Este Jornal é uma publicação da **Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos**.  
Conselho editorial: Conselho Diretor da RedeSaúde. *Equipe editorial:* Jacira Melo (editora); Marisa Sanematsu (copidescagem e revisão); Eugenia Lisboa (secretária); Casa de Edição & Paulo Batista (projeto gráfico e arte). *Colaboraram neste número:* Maria José de Oliveira Araújo, Márcia Lorangeira,

Fátima Pacheco Jordão, Fernando Pacheco Jordão, Margaret Arilha e Angela Freitas. *Apoio financeiro:* Unifem e Fundação Ford. *Tiragem:* 7.000 exemplares. *Correspondência:* Secretaria Executiva da RedeSaúde. Rua Bartolomeu Zunega, 44 05426-020 São Paulo/SP, Brasil, tel.: (5511) 813.9767 / fax: (5511) 813.8578 / e-mail: redesaude@ax.ibase.org.br. Autorizamos a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

# Serviço de Aborto Previsto em Lei: Primeiros Passos em Pernambuco

MÁRCIA LARANJEIRA\*

➔ No dia 28 de maio último, o secretário de saúde de Pernambuco, Dr. Jarbas Barbosa, publicou portaria no *Diário Oficial* regulamentando o atendimento ao aborto nos casos previstos por lei, que vem beneficiar as mulheres vítimas de estupro ou com risco de vida. Hoje, o atendimento a esses casos é uma realidade em Pernambuco e vem sendo feito em dois locais: a Maternidade da Encruzilhada-CISAM/UPE e o Hospital Agamenon Magalhães. O movimento de mulheres comemorou a medida, pois ela é resultado de um longo investimento: sensibilizando profissionais; pressionando os administradores dos serviços; e informando a opinião pública com o objetivo de garantir às mulheres esse direito.

Nos quatro meses que se seguiram à regulamentação do serviço, apenas quatro mulheres foram atendidas: duas vítimas de violência sexual (no CISAM) e duas com risco de vida (uma no CISAM e outra no HAM). Para estas, foi possível realizar o abortamento de forma rápida e sem burocracia. Nos casos de violência não houve constatação de gestação — para a única mulher que sofreu penetração vaginal foi ministrada a “pílula do dia seguinte” ou “pílula pós-coito”, que pode evitar a gestação.

No Hospital Agamenon Magalhães, o atendimento já vinha sendo realizado mesmo antes de ser regulamentado. “Quando a equipe analisava o caso e constatava ser um dos casos enquadrados na lei, fazíamos o atendimento”, informou o chefe-substituto da obstetria, Dr. Eugênio Tavares. Ele não sabe precisar o número total de casos, mas assegura que o número médio de abortamentos realizados não chega a um por ano.

“A procura pelo serviço é pequena, mas isso já era esperado”, informa Vera Araújo, psicóloga da equipe multidisciplinar do CISAM. Ela toma como exemplo o Hospital do Jabaquara, em São Paulo, que presta esse tipo de serviço desde 1989 e que, segundo estatísticas do próprio hospital, atendeu 210 mulheres e realizou apenas 74 abortamentos.

Um conjunto de fatores pode explicar essa demanda reduzida: o serviço é recente; muitas mulheres ainda desconhecem que o aborto nesses casos é permitido por lei; e a humilhação e o medo contribuem para que as mulheres vítimas de estupro procurem esconder o fato, principalmente se é cometido por uma pessoa da família ou do meio social da vítima.

## Comunicação

O Dr. Tavares enfatiza que é preciso estimular as mulheres a vencer o trauma



FOTO: NILTON PEREIRA

Campanha “Saúde da Mulher — Um Direito a Ser Conquistado”, Recife, 1989

e denunciar o estupro o mais rápido possível, e alerta: “Se essa denúncia é feita dois ou três meses depois, fica difícil comprovar a violência”. Ele ressalta ainda que é preciso também informar as mulheres sobre a pílula do dia seguinte, também conhecida como pílula pós-coito, que evita o desenvolvimento da gravidez.

A coordenadora da Divisão de Saúde da Mulher e Adolescente da Secretaria de Saúde de Pernambuco, Elcylene Leocádio, explicou que as estratégias de comunicação ampliada do serviço de aborto e de sensibilização de profissionais de saúde ainda estão em discussão na Secretaria. Porém “o atendimento vem sendo divulgado junto aos profissionais no interior do estado durante os treinamentos para implantação do Projeto Maternidade Segura, e essa divulgação prossegue durante os treinamentos sobre maternidade de baixo risco e de alto risco, que tiveram início em outubro”.

As organizações de mulheres também vêm cumprindo um papel importante como fonte de informação. Entidades que integram o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a RedeSaúde, como o SOS Corpo e o Grupo Curumim, no Recife; e o Centro das Mulheres do Cabo e o C.A.I.S. do Parto, na região metropolitana, são referências para orientações sobre o serviço e encaminhamento das pessoas que necessitam do atendimento para as unidades de saúde. Foi assim que aconteceu com M.C.P.M., de 23 anos, que ao ser violentada procurou o Serviço de Informação e Orientação em Saúde do SOS Corpo, que a encaminhou ao CISAM, onde foi atendida 18 horas após o estupro.

## Suporte institucional

Para garantir a humanização do atendimento, o CISAM e o Hospital Agamenon Magalhães contam com equipamentos e equipes multidisciplinares, compostas por psicólogas/os, enfermeiras/os, ginecologistas e obstetras.

A técnica mais usada no caso dos abortamentos é a AMIU-Aspiração Manual

Intra-Uterina, de fácil manejo e que oferece menos risco de infecção hospitalar. Outra vantagem dessa técnica é a redução do tempo de recuperação da mulher: em poucas horas ela pode deixar o hospital e retornar para casa sem problemas. Em outubro, a Divisão de Saúde da Mulher promoveu um treinamento de AMIU para profissionais de três grandes hospitais do Recife: o próprio Hospital Agamenon Magalhães e também as maternidades Bandeira

Filho e Barão de Lucena.

## Qualidade do serviço

É cedo para avaliar o serviço, mas o movimento de mulheres já está de olho no futuro. Segundo a conselheira da RedeSaúde/PE, Suelly Oliveira, “a regulamentação do serviço, por si só, não basta. É preciso garantir a qualidade desse atendimento. Para isso são importantes o compromisso e o envolvimento de diversos segmentos da sociedade”. Pensando nisso é que foi estruturado um projeto para assegurar o monitoramento desse serviço. Essa pesquisa será realizada pela RedeSaúde em Pernambuco, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas-FNUAP, como parte de um projeto mais amplo de monitoramento da Plataforma de Ação do Cairo, a ser desenvolvido em outros estados brasileiros, assim como em diversos países da América Latina.

\**Márcia Laranjeira* é jornalista e integra o SOS Corpo-Gênero e Cidadania.

## HOSPITAIS PÚBLICOS QUE POSSUEM SERVIÇOS DE ABORTO PREVISTO POR LEI NO PAÍS

### SÃO PAULO

Hospital Jabaquara, Tel. (011)578-5111  
Hospital Pérola Byington,  
Tel. (011)232-3433  
Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, UNICAMP, Campinas,  
Tel. (019) 239-3004

### RIO DE JANEIRO

Maternidade Fernando Magalhães,  
Tel. (021)580-1132

### Brasília

Hospital Regional da Asa Sul,  
Tel. (061)243-2322

### RECIFE

Hospital Agamenon Magalhães,  
Tel. (081)441-5888

## Uma católica a favor do direito ao aborto

❖ Ex-noviça, a norte-americana Frances Kissling acredita que é possível ser católica e pró-aborto. Desde 1982 ela preside a organização Catholics for a Free Choice (Católicas pelo Direito de Decidir), que luta para que a Igreja reconheça os direitos das mulheres, especialmente no que se refere a questões como planejamento familiar e aborto. Antes de vir a São Paulo em maio deste ano para participar da reunião dos comitês consultivos do 8.º EIMS, Frances esteve em Brasília e discursou em sessão no Congresso Nacional. Nesta entrevista exclusiva ao *Jornal da Rede*, concedida a Fátima Pacheco Jordão\*, Frances Kissling faz uma análise sobre a tensão existente entre a Igreja e pessoas e organizações católicas que desafiam os dogmas religiosos, comentando os desdobramentos das conferências do Cairo e Pequim e o fortalecimento da oposição católica no Brasil e no mundo.

**P.** — *Como você avalia o estado atual da tensão entre os católicos e a Igreja, principalmente após a Conferência de Pequim?*

**F.** — Em primeiro lugar, é preciso entender que, em geral, há uma polarização de fato dentro da Igreja Católica em torno de todas as questões: a autoridade do papa, a falta de democracia dentro da Igreja, o direito dos católicos de dissentir, casamento de padres, ordenação de mulheres, sexualidade, reprodução — em cada área, a tensão existe de fato. Nesse quadro, a questão da Teologia da Libertação continua sendo um problema. A alta hierarquia está tentando reconquistar o controle da Igreja sobre as muitas liberdades que as pessoas conquistaram — e esse é o contexto no qual se desenvolveram as tensões, no Cairo e em Pequim. Para o Vaticano, foram duas reuniões internacionais em que políticas públicas internacionais contestaram, de forma tão aberta, as posições da Igreja. Foi um insulto profundo. Como resultado dessas conferências, onde o Vaticano se sentiu rejeitado, o papa e bispos regionais, sejam eles brasileiros, mexicanos ou filipinos, partiram com muito mais força para o ataque contra a sociedade moderna. É nesse contexto, por exemplo, que, aqui no Brasil, quando falei no Congresso, ouvi representantes católicos bastante conservadores dizen-

do: “Esta mulher não é católica”. Ou no México, onde os bispos fizeram uma ofensiva de propaganda contra a Conferência de Pequim, tachando-a de imoral. Nos Estados Unidos, há bispos dizendo que negarão os sacramentos a católicos que se declaram a favor dos direitos das mulheres e dos programas de saúde reprodutiva. Portanto, temos de fato um clima de extrema tensão.

**“Para o Vaticano, foram duas reuniões internacionais em que políticas públicas internacionais contestaram, de forma tão aberta, as posições da Igreja. Foi um insulto profundo”**

**P.** — *Você vê novos desdobramentos nos países católicos neste momento?*

**F.** — Uma coisa interessante, embora não seja rara, é que, quando a instituição da Igreja se torna tão política e tão opressora, os católicos, em número cada vez maior, passam a resistir. Por exemplo, na Alemanha, 1 milhão e 800 mil católicos assinaram uma petição ao Vaticano reclamando liberalização, dentro da Igreja, de uma série de questões, entre elas a do planejamento familiar. Na Áustria, cerca de 800 mil católicos assinaram petição da mesma natureza. A petição está circulando agora na França e nos Estados Unidos. Assim, há uma grande insurreição de católicos liberais em oposição à Igreja. No Católicas pelo Direito de Decidir, nós nos achamos cada vez mais aceitas nas comunidades católicas progressistas, nas quais, 10 anos atrás, as pessoas reagiriam dizendo: “Não queremos ter nada que ver com saúde reprodutiva, aborto. Esses tópicos são tabus, vocês não pertencem à comunidade”. Quando percebem como a Igreja é capaz de se tornar tão agressiva, elas dizem: “Talvez vocês tenham razão, talvez seja mais uma forma de opressão da Igreja que nós temos de combater”.

**P.** — *A sra. disse que uma de suas tarefas tem sido a de dificultar a vida do papa. Como se dá isso?*

**F.** — Não devemos personalizar demais a questão. O problema não é este papa, mas sim o sistema da Igreja. O problema é a falta de democracia dentro da Igreja. O que eu acho é que este

papa tornou-se um símbolo desses problemas, porque ele é atrasado demais. Ele é um papa do século V, quando nós vivemos às vésperas do século XXI. Acho que uma das questões mais importantes hoje é a do papel das mulheres dentro da Igreja. Há o fato de esse papa ter dito que, em hipótese alguma, as mulheres podem se tornar sacerdotes, o tipo de antropologia de mulheres que o papa e o Vaticano publicaram para a Conferência de Pequim, na qual afirmam que as mulheres ainda são vistas pelas lentes da maternidade. Tudo o que as mulheres são capazes de fazer, seja na vida privada ou na vida pública, é sempre visto através da noção de que a melhor coisa que uma mulher pode fazer é ser mãe. Este é um dos pontos mais importantes a mudar dentro da Igreja. As mulheres precisam ser vistas como pessoas com todos os seus direitos — a mulher sem filhos, a que fez aborto, a que usa anticoncepcional, a que quer ser sacerdotisa. Todas essas mulheres têm de ser vistas como pessoas, e a Igreja se recusa a isso. Parece que é a questão mais difícil para o papa. Alguém me contou uma piada muito interessante. Um homem vai para o céu, encontra a Virgem Maria e pergunta a ela: “Em todas as imagens, estátuas e pinturas suas, no mundo todo, você parece tão infeliz. Por que isso?” Ela responde: “Sabe, a gente queria uma menina...”. Isso é parte do problema e eu acho que, em termos de desafiar o papa, há essas questões de gênero, sexualidade e reprodução. São as áreas básicas em que o papa precisa ser contestado.

**“há uma grande insurreição de católicos liberais em oposição à Igreja”**

**P.** — *Gostaria que você comentasse a situação atual, especificamente em países da América do Sul.*

**F.** — No México, a alta hierarquia está numa posição privilegiada na sociedade. Até 40 anos atrás, a Igreja não era reconhecida no México como personalidade jurídica, e agora é oficialmente reconhecida. Como um ator dentro do Estado, a hierarquia católica tornou-se muito mais agressiva. Por exemplo, fizemos uma conferência no México alguns anos atrás e convidamos uma



Frances Kissling

FOTO: SUELY OLIVEIRA

com grupos de mulheres que, embora não sejam católicas, estão preocupadas com a força da Igreja. Para esses grupos, a Igreja devia ser uma religião, lidar com pessoas que são católicas, no espaço privado e espiritual. Mas ela, na verdade, é uma instituição política muito poderosa, que não tenta apenas motivar as pessoas a fazer o bem, mas usa o poder do Estado para alcançar seus objetivos, envolvendo todo mundo, e não apenas os católicos.

***“eu sou católica e acredito que há razões para que o aborto seja legal”***

**P.** — *Você acompanha os movimentos de católicos no Brasil?*

**F.** — O grupo Católicas pelo Direito de Decidir está se tornando uma organização muito forte, com lideranças femininas católicas muito significativas. Temos relações com outros grupos no Brasil há muito tempo. O que observamos é que os bispos estão se tornando cada vez mais conservadores. O papa nomeou mais bispos conservadores, aqui como em outros lugares, e esses bispos são muito atuantes. Na questão do aborto, por exemplo, eles apóiam iniciativas para dificultar ao máximo mudanças na legislação, o que, no fundo, é um sinal de que sentem sua posição enfraquecida. Imagino que eles devam estar muito irritados com a derrota da PEC 25/95, que foi surpreendente. A Igreja não está acostumada a perder e ela vai estar muito atuante em relação aos seis projetos em tramitação no Congresso.

**P.** — *Como poderíamos aproveitar melhor as experiências das Católicas pelo Direito de Decidir, nos Estados Unidos e em outros países, no tratamento de questões como o aborto? Como intervir de uma forma mais efetiva nessa relação entre Estado e Igreja?*

**F.** — Alguém que proclame abertamente: “Eu sou católica e acredito que há razões para que o aborto seja legal” está tomando uma atitude muito forte. Veja o caso de Ivone Gebara. O fato de uma freira dizer, com muita serenidade, que, porque se preocupa com os pobres, acha que o aborto deve ser legalizado, é muito forte. Porque o que em geral acontece é as pessoas se desligarem da Igreja, dizerem que não são mais católicas. A força dela está em ter essa posição dentro da Igreja. A Igreja tem êxito porque não é democrática, não com-

***“O problema é a falta de democracia dentro da Igreja”***

freira peruana para participar. O México, sob influência do núncio papal, negou-lhe o visto. Então, agora temos o núncio papal até tomando decisões sobre que religiosos podem ou não viajar para o México — e isto é um sinal do controle da Igreja no México. Em relação a Pequim, há uma barreira de propaganda e mentiras por parte da alta hierarquia, uma interpretação desvirtuada do documento, tentativa de impedir que o governo lide com a questão da implementação, tanto da agenda do Cairo como da de Pequim. Houve bispos no México realizando manifestações em frente a clínicas de planejamento familiar. Houve clínicas que fecharam por causa da atividade política dos bispos. No México e outros países, verificamos um crescimento da Opus Dei, uma organização católica bastante conservadora. Quando eu falei no Parlamento, aqui no Brasil, havia duas fileiras de cadeiras ocupadas por homens de mais idade, todos de terno, da TFP.

**P.** — *E sobre a Polônia?*

**F.** — Para todos nós, a Polônia é uma lição sobre o que acontece quando se permite espaço demasiado ao conservadorismo religioso, no caso o catolicismo, na arena das políticas públicas.

Após a derrota do comunismo e o estabelecimento de um governo que se sentiu fortemente devedor em relação à Igreja, esta não hesitou em impor políticas contra as mulheres. Por exemplo, ela imediatamente determinou que a Polônia devia restabelecer um salário único para a família, que era uma forma de desalojar as mulheres dos locais de trabalho. Os homens teriam um salário suficiente para sustentar a família toda, assim as mulheres podiam ficar em casa. A Igreja defendeu também dois padrões diferentes no ensino: os homens deviam receber educação intelectual e as mulheres, educação doméstica. A Igreja apoiou esforços do governo para reduzir o atendimento de creches, enfim, tudo o que se voltava para colocar a mulher numa posição de inferioridade na sociedade.

***“em termos de desafiar o papa, há essas questões de gênero, sexualidade e reprodução. São as áreas básicas em que o papa precisa ser contestado”***

**P.** — *Existe alguma organização de mulheres católicas na Polônia?*

**F.** — Não. Temos trabalhado com grupos de mulheres, mas, num país como a Polónia, seria quase impossível a sobrevivência de um grupo como as Católicas pelo Direito de Decidir. A Igreja o destruiria imediatamente, ela tem poder demais. Por isso, trabalhamos

partilha informações com os católicos. Nos Estados Unidos, nós contamos os segredos da Igreja, e isso é uma tarefa de educação das pessoas.

**P.** — *O silêncio que a Igreja impôs a Ivone Gebara deixou para nós um sabor de derrota. Qual é a sua opinião?*

**F.** — Em primeiro lugar, o que Ivone Gebara disse nunca desaparecerá. Embora ela tenha aceitado o julgamento da Igreja, todos sabem que ela acredita naquilo que disse. Do ponto de vista pessoal, é complicado. As opiniões divergem sobre se ela deveria ou não ter aceitado o julgamento da Igreja, mas o fato é que ela falou com muita veemência. Mesmo o fato de a Igreja tê-la punido é um sinal da força de Ivone Gebara. O que ela fez, afinal, foi dar uma entrevista a uma revista, na qual disse que o aborto não deveria ser considerado crime. Mesmo isso é um sinal, para muita gente, de como a Igreja está atemorizada — tão atemorizada que precisa silenciar essa pessoa. Ela serve como um símbolo para as mulheres, não de derrota, mas da injustiça da forma como a Igreja opera. Ela é um símbolo de injustiça, e as pessoas não a vêem como derrotada.

**P.** — *Aqui os católicos obtêm êxito ocupando posições importantes, o que faz com que se criem obstáculos dentro da burocracia. É a Igreja agindo diretamente dentro do Estado. Como combater isso?*

**F.** — Muitas vezes, mesmo amigos nos-

**“foi o movimento Católicas pelo Direito de Decidir que se levantou primeiro para dizer: ‘Por que o Vaticano está aqui, como se fosse um governo, falando sobre mulheres, população e reprodução?’”**

— sos nos dizem que somos provocadoras demais, que batemos forte demais. Mas acredito que, quando a gente se levanta contra algo tão poderoso como a Igreja Católica, temida por todos — os políticos, a imprensa, as pessoas comuns — não se pode ter medo. É preciso dizer todas as verdades, com toda a clareza. É como na fábula do novo manto do imperador, que saiu nu, com todo mundo elogiando. Foi preciso que uma pessoa, uma criança, dissesse: “O rei está nu”. Este é o papel que você precisa desempenhar ao enfrentar uma instituição tão poderosa. Você precisa ter uma coragem colossal para desafiar e apontar o que está errado. Quando começamos a trabalhar para a Conferência do Cairo e a Igreja Católica atuava de maneira tão negativa, foi o movimento Católicas pelo Direito de Decidir que se levantou primeiro para dizer “por que o Vaticano está aqui, como se fosse um governo, falando sobre mulheres, população e reprodução? O Vaticano não tem cidadãos, não tem mulheres e crianças entre sua população, não tem problema populacional, não usa planejamento

familiar, exige celibato dos sacerdotes, por que está aqui?” Foi só quando assumimos essa posição, de forma veemente, que os políticos e a imprensa começaram a fazer o mesmo, embora de uma maneira mais branda. Se não fizéssemos isso, não haveria crítica nenhuma. Acho que é isso que temos de fazer com os políticos. Temos de mostrar que a Igreja não é tão poderosa como eles imaginam. No Brasil, o que se poderia fazer nessa direção é realizar pesquisas de opinião e discuti-las com os políticos, para mostrar que os católicos acreditam de fato em planejamento familiar. Quem os políticos imaginam que são as 1,5 milhão de mulheres que fazem aborto no Brasil? A maioria é de mulheres católicas. A primeira preocupação de um político é saber se ganha ou não a próxima eleição. Temos de fazê-lo compreender — e é o que fazemos nos Estados Unidos — que, sendo católico e votando a favor do planejamento familiar ou da legalização do aborto, não significa que vá perder a eleição. Nossa experiência tem mostrado que políticos que votam a favor do aborto legal conseguem se eleger. Ao contrário, os que votam contra não se elegem.

**\* Fátima Pacheco Jordão** é jornalista e consultora na área de pesquisa e comunicação. Atualmente é membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Obs.: A tradução e edição desta entrevista contaram com a colaboração do jornalista Fernando Pacheco Jordão.

## Comissão de Saúde da Mulher é reestruturada

❖ O Conselho Nacional de Saúde aprovou, em reunião de outubro, a reestruturação da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher, com base em relatório elaborado pela conselheira Margareth Arilha, a partir dos resultados de reuniões técnicas e políticas desenvolvidas no campo da saúde e dos direitos reprodutivos.

A Comissão de Saúde da Mulher passa a ser integrada por representantes do Ministério da Saúde, da Educação, da Justiça, do Planejamento, da Casa Civil da Presidência da República, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da Comissão Nacional de

População e Desenvolvimento, da Comissão de Cidadania e Reprodução, da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Central Única dos Trabalhadores, da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, da FEBRASGO e de Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) portadores de deficiência e patologia.

O Conselho Nacional de Saúde aprovou também a realização de *workshop* “Construindo uma agenda para a articulação intersetorial das políticas de atenção à saúde das mulheres no Brasil”, realizada nos dias 25 e 26 de no-

vembro, em Brasília. Na ocasião, a nova representação da Comissão de Saúde da Mulher será empossada e definirá sua agenda para o trabalho de 1997.

O objetivo dessa Comissão é influir na definição de políticas que contribuam para a promoção e recuperação da saúde da mulher, em assessoramento ao Conselho Nacional de Saúde. A Comissão tem entre suas estratégias de trabalho a análise das estruturas e planos de trabalho das áreas executivas do Ministério da Saúde e outros órgãos no campo da atenção à saúde da mulher.

**EM PAUTA**

☐ **Campanhas**



● **Maternidade Voluntária: Um Direito das Mulheres**  
28 de setembro  
Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher

Sob coordenação do GIRE — Grupo de Informação em Reprodução Escolhida e da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe, foi realizada a distribuição para todos os países da região do material de campanha para o 28 de setembro.



● **Campanha Internacional Contra Vacinas Antifertilidade**

Esta campanha, lançada em 1993, por mulheres ativistas na área da saúde, busca deter os avanços das pesquisas que visam desenvolver vacinas contra a gravidez. A Rede Mundial das Mulheres pelos Direitos Reprodutivos (RMMDR) coordenou um abaixo-assinado contra as vacinas nos diversos continentes. O Brasil foi o maior signatário dessa campanha.

A Campanha Internacional Contra Vacinas conta atualmente com cartões-postais que estão sendo endereçados ao Programa de Reprodução Humana da Organização Mundial de Saúde — um dos cinco principais centros coordenadores desta pesquisa — expressando a discordância de mulheres de várias partes do mundo com relação ao desenvolvimento de vacinas antifertilidade.

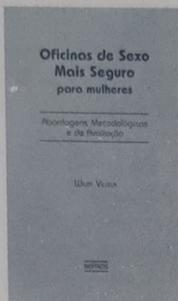
A RMMDR, coordenadora da Campanha, informou o recebimento de 78 cartões enviados por mulheres brasileiras dos seguintes estados: Espírito Santo (1); Pernambuco (46); São Paulo (6); Bahia (1); Minas Gerais (8); Rio de Janeiro (12); Brasília (2); Paraíba (1) e Goiás (1).

A RedeSaúde faz um especial apelo para que seja endereçado o maior número de cartões-postais à OMS.

*Maiores informações*

Maria Betânea Ávila — SOS CORPO  
Tel.: (081) 423-3044  
Fax: (081) 423-3180  
E-mail: soscorpo@ax.ibase.br

☐ **Publicações**



● **Oficinas de Sexo Mais Seguro para Mulheres**  
De Wilza Villela  
NEPAIDS — Núcleo de Estudos e Prevenção da AIDS, 1996, 76 p.

Elaborada pela pesquisadora Wilza Villela, esta publicação contém algumas abordagens metodológicas para a realização de oficinas de sexo mais seguro para mulheres, visando contribuir para a ampliação de seu uso por parte das pessoas que se dedicam a prevenir a disseminação sexual do HIV/AIDS entre a população feminina.

*Maiores informações:*

NEPAIDS — Núcleo de Estudos e Prevenção da AIDS  
Fax: (011) 818.4460  
E-mail: nepaids@usp.org.br



● **Guia de Serviços: Mulheres em Situação de Violência**  
Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde / Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa/USP, 1996, 64 p.

Este guia foi idealizado com o objetivo de sistematizar informações úteis sobre os serviços que oferecem algum tipo de orientação ou atendimento a mulheres em situação de violência na cidade de São Paulo.

*Maiores informações:*

Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde  
Tel.: (011) 212.8681  
Fax: (011) 813.8578  
E-mail: cfssaude@ax.ibase.org.br



● **Catálogo 1996-1997 — SOS Corpo-Gênero e Cidadania**  
SOS Corpo, 1996, 27 p.

Este catálogo apresenta o acervo de materiais produzidos pelo SOS Corpo desde 1980. São cartilhas, cadernos de textos, audiovisuais, vídeos e um cartaz, que se encontram à disposição para venda, empréstimo, doação ou aluguel.

*Maiores informações:*

SOS Corpo  
Tel.: (081) 423-3044  
Fax: (081) 423-3180  
E-mail: soscorpo@ax.ibase.br



● **Folheto "Vivendo e Aprendendo"**  
GLB — Grupo Lésbico da Bahia, 1996, 4 p.

Elaborado com uma linguagem simples e direta, este folheto é voltado para a prevenção do HIV/AIDS entre mulheres lésbicas.

*Maiores informações:*

Grupo Lésbico da Bahia  
Tels.: (071) 243.4902 / 384.6080  
Fax: (071) 322.2552

● **Relatório "Resistance on the Rise"**  
Sobre o Encontro da Ação Internacional contra Vacinas Antifertilidade  
Ottawa-Canadá, 1995, 64 p.

Esta publicação contém um relato completo sobre o trabalho e as ações que vêm sendo desenvolvidas contra as vacinas antifertilidade em todo o mundo.

*Maiores informações:*

Maria Betânea Ávila — coordenadora da campanha no Brasil  
SOS Corpo  
Tel.: (081) 423-3044  
Fax: (081) 423-3180  
E-mail: soscorpo@ax.ibase.br

## Declaração de Amsterdã sobre o Aborto (1996)

• Nós, participantes do Congresso Internacional "Abortion Matters", realizado na Holanda, de 27 a 29 de março de 1996, e que reuniu uma ampla gama de profissionais de cinquenta países:

AFIRMAMOS que o aborto é um assunto de autodeterminação para as mulheres e que, sugerir-se que recorram irresponsavelmente ao aborto quando este é legal, é um ato que as denigre.

RECONHECEMOS com preocupação que o aborto continua sendo um grave problema de saúde pública em todo o mundo, que causa a morte de cem mil mulheres por ano e danos à saúde de muitas outras mais. Também reconhecemos que, em países onde os serviços de aborto são legais e acessíveis, praticamente inexistem casos de complicações que ameacem a vida das mulheres.

OBSERVAMOS que, nos lugares em que o aborto é legal e realizado de forma combinada com informação e serviços contraceptivos de alta qualidade, as taxas de aborto diminuíram significativamente e são muito mais baixas do que nos países onde ele está legalmente restringido.

TAMBÉM observamos que o ofere-

cimento de um serviço de aborto legal não-coercitivo permite que mulheres com gravidez indesejada tenham acesso a uma assessoria confidencial e profissional e, assim, possam explorar uma ampla gama de soluções possíveis sem temor do castigo.

CONDENAMOS a estigmatização de "culpadas", "irresponsáveis" e "descuidadas" às mulheres que abortam; os ataques cada vez mais agressivos por parte de grupos que militam contra a livre escolha quando se trata do direito da mulher a usar serviços seguros de aborto; as ameaças de morte e os assassinatos de pessoas que proporcionem serviços de aborto.

FAZEMOS um chamado a todas as instituições governamentais e a todas as ONGs que trabalham com direitos humanos, direitos da mulher, saúde reprodutiva e sexual, planejamento familiar e desenvolvimento, para:

- Romper com o tabu do aborto e promover o debate informado sobre a realidade do aborto na vida das mulheres.
- Apoiar e defender a oferta de serviços legais de aborto voluntário, se-

guro e humanitário para todas as mulheres que assim o desejem, como parte integral dos cuidados com a saúde reprodutiva.

- Melhorar, ampliar e proporcionar uma extensa gama de serviços e métodos contraceptivos para todas as mulheres e homens que assim o desejem, para reduzir assim a dependência forçada com relação ao aborto, por parte das mulheres, como única opção para planejar sua família.
- Estabelecer normas de qualidade de atenção para serviços seguros de aborto e ampliar as opções das mulheres com relação a métodos de aborto seguro, oferecendo serviços que incluam a atenção no período pós-aborto.
- Aumentar a compreensão dos homens com relação ao aborto e sua realidade na vida das mulheres, assim como o sentido da responsabilidade dos homens para prevenir a gravidez indesejada.

Fonte: conferência eletrônica <amlat.mujeres>  
Tradução: Angela Freitas —  
SOS Corpo-Gênero e Cidadania.

## Campanha de Prevenção do Câncer Cervical

PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO



**PRA QUEM NUNCA FEZ, TÁ NA HORA.**

enfoque das mensagens e a interiorização da campanha, que até o ano passado só atingia mulheres da região metropolitana de Recife.

Com o *slogan* "Prevenção do câncer de colo: pra quem nunca fez, tá na hora", o SOS Corpo quer falar às mulheres que, independentemente de terem ou não uma vida sexual ativa, nunca se preocuparam em fazer um exame preventi-

Pelo terceiro ano consecutivo o SOS Corpo realiza a Campanha de Prevenção de Câncer de Colo de Útero em Pernambuco. Neste ano, a campanha conta com duas novidades: a mudança no

enfoque das mensagens e a interiorização da campanha, que até o ano passado só atingia mulheres da região metropolitana de Recife.

vo. A mudança no *slogan* foi acompanhada pela alteração de todo o material de divulgação da campanha: vts, panfletos e mensagens para o rádio.

Visando atingir o interior do estado, o SOS Corpo está desenvolvendo uma parceria com a Divisão de Saúde da Mulher e Adolescente da Secretaria de Saúde de Pernambuco. A médica Lilian Vidal é responsável pela coordenação técnica dos trabalhos de treinamento e sensibilização de profissionais de saúde para o atendimento ao câncer de colo.

Na região metropolitana, a articulação com os serviços e com as organizações de mulheres está a todo vapor. Em pelo menos três bairros, essas organizações estão promovendo ações educativas, de forma a assegurar uma maior participação da comunidade na campanha.

## 10.ª Conferência Nacional de Saúde - 2 a 6 de setembro '96

□ Relatório Final Inclui Proposta de Implementação do Aborto Legal na Rede Pública de Saúde

A maioria dos 1.400 delegados presentes à 10.ª Conferência aprovou a proposta de atendimento no SUS dos casos de aborto legal — quando há risco de vida para a gestante ou a gravidez é decorrente de estupro. É a primeira vez que uma proposta sobre o direito ao aborto recebe apoio na Conferência de Saúde. Contudo, a proposta mais progressista de legalização do aborto foi rejeitada. Sob forte pressão do *lobby* religioso presente em Brasília, o debate sobre a legalização do aborto transformou-se na maior polêmica da plenária final.

Realizada a cada quatro, a Conferência de Saúde tem sido um espaço importante para o debate sobre a equidade na saúde, tanto no que se refere à formulação de políticas como à implementação de serviços. O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher-PAISM, praticamente desativado em todo o país, é o melhor exemplo do descaso com a questão da equidade na área da saúde.

A RedeSaúde teve participação ativa na 10.ª Conferência, indicando expositores para diversas mesas-redondas. Como resultado desse intenso trabalho foram

aprovadas as seguintes proposições:

- Implantação imediata do PAISM, com fortalecimento do SUS;
- Expansão do aborto legal e sua realização pelos hospitais públicos;
- Programa de saúde do trabalhador, considerando o impacto das condições de trabalho no corpo de homens e mulheres, assim como as especificidades raciais;
- Rejeição imediata, pelo Congresso Nacional, aos vetos apostos à lei de Planejamento Familiar;
- Realização da 2.ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher.